

O MOBILIÁRIO PORTUGUÊS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DE
OITOCENTOS. AS FÁBRICAS DE MÓVEIS E OS NOVOS INVENTOS
THE PORTUGUESE FURNITURE IN THE FIRST DECADE OF 19th CENTURY. THE
FURNITURE FACTORIES AND THE NEW INVENTIONS

Celina Bastos*
Museu Nacional de Arte Antiga

Resumo

Em 1832 os proprietários das fábricas estabelecidas por alvará da Real Junta do Comércio enfrentaram uma forte oposição das seculares corporações dos ofícios mecânicos. Tal como outros ofícios embandeirados, a corporação de Carpinteiro de Móveis e Semblagem apresentou um requerimento contra os proprietários das fábricas de móveis, solicitando a supressão de todos os alvarás concedidos pela Junta tanto a nacionais como estrangeiros que trabalhavam em obras de “nova invenção ou de conhecida utilidade do reino”.

Neste contexto, propõe-se a análise do conflito e, acima de tudo, a recuperação dos seus intervenientes, isto é, dos vários marceneiros, na sua grande maioria estrangeiros, que estabeleceram fábricas de móveis em Lisboa nas décadas de 1820 e 1830, e do seu papel na actualização do gosto e na introdução de novos modelos de mobiliário e de novas técnicas.

Palavras-chave: Portugal, Século XIX, Mobiliário, Fábricas, Marceneiros

Abstract

In 1832 the owners of the factories established by charter of the Royal Board of Trade (Real Junta do Comércio) faced a strong opposition from the old corporations of mechanical craftsmanship. Like other corporated crafts, Cabinet-maker's guild (Carpinteiro de Móveis e Semblagem) submitted application against the owners of furniture factories, prompting the removal of all licenses granted by the Board to both national and foreigners producing works of "new invention or known utility of the kingdom".

In this context, we propose to analyze the conflict and, above all, to identify its stakeholders, e.g. the various woodworkers, mostly foreigners, who established furniture factories in Lisbon during the 1820s and 1830s, and their role in taste updating and introduction of new models and new techniques in furniture.

Keywords: Portugal, 19th century, Furniture, Factories, Cabinet-makers

*E-mail: celinabastos@mnaa.dgpc.pt

De uma forma geral, os estudos de mobiliário português têm privilegiado a produção da marcenaria portuguesa dos séculos XVII e XVIII. Contudo, a primeira metade de Oitocentos, sobretudo as décadas de 1820 e de 1830, corresponde a um período de inovação, com a introdução de novos modelos, materiais e, acima de tudo, de inovações técnicas aplicadas à marcenaria. Ora este é precisamente um período que tem recebido particular atenção dos historiadores, designadamente dos que se debruçaram sobre as questões do incipiente desenvolvimento industrial do país na fase final do Antigo Regime, e em particular, do grave conflito que, ao longo de décadas, opôs as corporações dos ofícios - que defendiam um secular monopólio corporativo da aprendizagem, produção e da respectiva fiscalização, do comércio e do mercado de trabalho - e a Junta do Comércio¹, e que viria a ter o seu epílogo em 1834, com a extinção das corporações e da Junta.

De facto, nas três primeiras décadas de Oitocentos as velhas corporações dos ofícios, cujo peso político, ainda que expressivo, tendia a diminuir, desenvolveram uma esforçada, e organizada, luta pela sobrevivência. O monopólio corporativo via-se então ameaçado pelas medidas implementadas pelo Estado, as quais davam continuidade e alargavam o decreto pombalino de 18 de Abril de 1761, diploma jurídico que permitia à Real Junta do Comércio (criada em 1755) a concessão de privilégio de novo invento a artífices considerados insignes, nacionais ou estrangeiros, ou que trabalhavam em obras de «nova invenção ou de conhecida utilidade do reino»², isentando-os assim do controlo corporativo da respectiva bandeira, dos encargos que lhe eram anexos e da inspecção dos juízes. Mais tarde, com o alvará de 1809, diploma que regularizava e alargava a anterior concessão de privilégios específicos e variáveis a título individual, todos podiam requerer à Junta do Comércio, Agricultura, Indústria e Navegação a isenção de direitos de importação de matérias-primas e de exportação de manufacturas, bem como o exclusivo do novo invento por catorze anos.

Como bem apontou Miriam Halpern Pereira, essa foi uma luta desenvolvida pelas estruturas corporativas, a que a capacidade organizativa dava coesão e força. Em Lisboa, a que restringimos a nossa análise, as corporações, entre as quais a dos carpinteiros de móveis e semblagem, encontravam-se organizadas na Casa do Vinte e Quatro e representadas no Senado da Câmara. Aquela característica revelou-se nos vários requerimentos que apresentaram, invariavelmente assinadas pelos juízes do ofício, a que, em muitos casos, se juntava elevado número de assinaturas dos mestres do ofício, reclamando o cumprimento dos respectivos regimentos, designadamente no que dizia respeito ao acesso ao ofício e à venda das manufacturas, determinantes, segundo defendiam, na qualidade das mesmas.

No início da década de 1820 e com o apoio do Senado da Câmara, o ofício dos penteeiros de tartaruga e o dos carpinteiros de móveis e semblagens (ensablagem) desenvolveram forte ataque aos privilégios de novo invento ou de reconhecida utilidade pública concedidos pela Junta do Comércio³. Os carpinteiros de móveis apontavam-nos como uma das causas da decadência do seu ofício, alegando que os alvarás concedidos pela Junta eram concedidos «a

homens inábeis que a título de um invento particular fazem toda a qualidade de obra deste ofício, quando o invento foi um cepilho, ou um mocho de parafuso para piano»⁴. Mas outra das causas dessa decadência residia, segundo os juizes do ofício, na concorrência da produção estrangeira, que preocupava, aliás, as restantes corporações, apontando o dedo ao «contrabando dos móveis vindos de Inglaterra, França, Itália e América Inglesa», com graves prejuízos para o Estado, que se via assim privado dos respectivos direitos, bem como à «introdução franca pelas alfândegas de móveis das últimas três potências a título de usados, ou vindos de Inglaterra, provando que o são por justificações de pessoas dependentes, como caixeiros, ou criados, etc.»⁵. Denunciavam ainda outras situações, como os privilégios concedidos aos estrangeiros, aos quais não só era permitido terem loja aberta sem primeiro se naturalizarem, como se encontravam ainda isentos das despesas e encargos da corporação, e ainda a concessão de licença para loja de móveis dada a pessoas de outros ofícios, bem como a não sujeição das obras manufacturadas à inspecção dos juizes do ofício, que defendiam ser esta única forma de controlo da qualidade das mesmas.

Foi neste contexto que foi produzida a documentação que aqui nos propomos analisar, restringindo, desta forma, a nossa abordagem a Lisboa, apesar do conflito se ter estendido a todo o País. Assim, quando no início da década de 1830 o conflito se reacendeu, a corporação de carpinteiro de móveis e semblagem, tal como outros ofícios embandeirados, apresentou um requerimento, assinado pelos juizes do ofício António José Machado e Filipe José Esteves, contra os proprietários das fábricas de móveis, solicitando a supressão de todos os alvarás concedidos pela Real Junta do Comércio a artífices considerados insignes, nacionais ou estrangeiros, ou que trabalhavam em obras de «nova invenção ou de conhecida utilidade do reino», o que obrigaria ao encerramento das fábricas. Recorde-se que, na prática, isto significava que as fábricas podiam empregar oficiais e aprendizes de diversos ofícios necessários aos novos inventos que aí executavam, logo, e mais uma vez, ultrapassando os rigorosos regimentos das corporações dos ofícios que não permitiam que os mestres executassem na sua loja obra de outro ofício⁶. Esta determinação dos regimentos, que se mantivera no regimento de 1767, obrigava a que os carpinteiros de móveis e semblagem (marceneiros) recorressem a mestres examinados de outros ofícios, isto é, a um escultor, torneiro, pintor, dourador, serralheiro, entre outros, de modo a finalizarem os seus móveis, processo moroso que era um entrave a uma produção em maior escala como a das fábricas.

Notificados no início de Março de 1832, os proprietários de fábricas de móveis e os artistas insignes aos quais a Junta do Comércio concedera esses privilégios tinham três dias para responderem ao requerimento do ofício embandeirado. Apesar desse curtíssimo prazo, as várias exposições dos proprietários das fábricas de móveis da capital constituem, de uma forma geral, um notável testemunho do estado do desenvolvimento industrial do Portugal de Oitocentos e dos conflitos travados entre a secular e moribunda corporação dos ofícios mecânicos e a Real Junta do Comércio. E revelam-se particularmente importantes para o estudo do mobiliário português das primeiras décadas do século XIX, pois oferecem, num só documento, um vasto leque de informação –

não uniforme, é certo, porquanto aquelas divergem na qualidade e quantidade da informação prestada - que só uma investigação em vários arquivos, alguns dispersos entre várias instituições, permitiria reconstituir⁷ (anexo 2).

Começamos então por saber quem eram os fabricantes de móveis acusados pelos juizes do ofício dos carpinteiros de móveis de «ináveis até para riscar», de enganarem o público com manufacturas imperfeitas, só possível pelo facto de não se encontrarem sujeitas à respectiva fiscalização pelo ofício, de não trabalharem com máquinas e de não pagarem os direitos das madeiras e de outras matérias-primas⁸.

Dos vinte e sete notificados em 1832 (anexo 1), sete eram estrangeiros, que, e ao contrário do que insinuavam os juizes do ofício, eram, na sua maioria mestres e oficiais do ofício, como sucedia igualmente com os portugueses. São eles os marceneiros franceses Henrique Nablon, Pedro Bartolomeu Dejante e Luís José Dejante, os alemães Rafael Futscher e João Luis Hinckeldey, o irlandês João Dooland e os italianos José Esquioppetta e José Enea, e ainda os que descendiam de estrangeiros que se haviam fixado em Portugal ainda no século XVIII, como José May. Entre eles, destaca-se o francês Pedro Bartolomeu Dejante, o mais importante marceneiro estabelecido em Portugal na primeira metade do século, devendo-se-lhe a execução de grandes encomendas de mobiliário para a casa real e para a duquesa de Bragança. Os móveis que dele conhecemos, e que hoje integram as colecções nacionais, atestam a qualidade da sua produção, designadamente uma das suas invenções, uma secretária com quinze mecanismos de segredo encomendada pela infanta regente D. Isabel Maria para D. Miguel em 1828, bem como o mobiliário que realizou para a rainha D. Maria II e, já no final da década de 1850, para os apartamentos da rainha D. Estefânia por ocasião do seu casamento com o rei D. Pedro V⁹. Entre outros móveis que inventou contavam-se as «mesas com musica» e as «mezas mechanicas graduadas que servem para escrever em todas as alturas»¹⁰. Tanto Bartolomeu Dejante como Luís Dejante possuíam fábricas e armazéns na que então se tornava a zona elegante da cidade, o Chiado. Luís Dejante, aprendeu o ofício em Paris, e em Portugal trabalhou durante muito tempo como contramestre na Fabrica de Carpinteiro de Móveis e Semblagem do irmão, tendo depois ocupado idêntico cargo na Fábrica de Móveis de João Wenck, um alemão que viera para Portugal como oficial de marceneiro por volta de 1819, após cinco anos de aprendizagem e três como oficial na sua cidade natal, Oldemburgo. Mestre do referido ofício Luís Dejante era, nas palavras do irmão Pedro Bartolomeu Dejante e do marceneiro João Wenck, um dos mais perfeitos artista do seu ofício «não só nos seus trabalhos mas em toda a qualidade de Risco e Architettura que precisa para as obras deste ofício»¹¹. Ainda como contramestre da fábrica executou diversas encomendas para importantes figuras da capital, como o conde de Alva, bem como uma cadeira para o rei D. João VI¹², uma vasta poltrona de marroquim vermelho¹³ especialmente fabricada por causa da enfermidade do monarca.

Ao contrário do que alegavam os carpinteiros do ofício, também o italiano José Esquioppetta obtivera o grau de mestre em 1815, estabelecendo-se na zona do Chiado, ao Tesouro Velho, onde tinha a loja e armazém de móveis com

privilégio de Fábrica por provisão 9 de Maio de 1825, o que o autorizava a empregar oficiais de diversos ofícios necessários aos novos inventos que aí executava. Igualmente o oficial de marceneiro João Wenck (act. Lisboa c.1819-1826), natural da Vestefália, onde aprendera a profissão, veio para Portugal como oficial de marceneiro por volta de 1819, após cinco anos de aprendizagem e três como oficial na sua cidade natal, Oldemburgo¹⁴. Wenck fora chamado a Portugal pelo alemão João Henriques Luís Hinckeldey, tendo trabalhado durante três anos como oficial na fábrica de móveis polidos de Hinckeldey¹⁵, aprendendo novas técnicas como o polimento de diversos tipos de madeiras e a aplicação de folheado em «obra concava, ou redonda»¹⁶. A esta aprendizagem seguiram-se dois anos, também como oficial, na Fábrica de Móveis do mestre Henry Leblanc na Rua Larga de S. Roque¹⁷ e, finalmente, oito meses na Real Fábrica de Móveis do marceneiro italiano José Esquioppetta¹⁸. Em 1825, João Wenck trabalhava na casa do mestre relojoeiro suíço David Guinié¹⁹ (activo Lisboa 1796-c. 1840), aí certamente executando caixas para relógios. (Figs. 1, 2 e 3).



Fig. 1. Relógio de mesa. David Guinié, LISBOA, séc. XIX, 2º quartel. Caixa em mogno e raiz de mogno com aplicações em bronze relevado e dourado fundo com espelho, mostrador em latão prateado e gravado in Cabral Moncada Leilões, *Catálogo de Antiquidades e Obras de Arte*, 1 e 2 de Junho de 2015, lote 798 © Cabral Moncada Leilões/ Vasco Cunha Monteiro.



Fig. 2. Ass.: David Guinié, LISBOA (pormenor do mostrador) in Cabral Moncada Leilões, Catálogo de Antiguidades e Obras de Arte, 1 e 2 de Junho de 2015, lote 798 © Cabral Moncada Leilões/ Vasco Cunha Monteiro.

Igualmente entre os fabricantes de móveis portugueses encontramos alguns mestres examinados do ofício de marceneiro, caso de José Inácio Ferreira que de 1805 até 1826 trabalhara no ofício. Em 1826 obtivera alvará de novo invento - «uma banca de nova invenção ainda não imitada e que existe em poder de António Marrare desta cidade»²⁰ - que lhe permitia empregar na sua oficina de móveis oficiais de quaisquer ofícios que «preciso lhe forem para o completo acabamento das suas obras». Como outros, aponta, em defesa da qualidade das suas manufacturas, diversas obras que realizou, designadamente a livraria da Junta do Comércio, a obra da loja de neve do Terreiro do Paço, actual Martinho da Arcada, o café e a loja de Vinho de António Marrare²¹, entre outras. Já Jorge José Joaquim Rufino Marrocos, filho do mestre examinado José Joaquim Rufino Nunes, com quem aprendeu o ofício, apresenta uma versão que indicia a degradação do ofício, pois relata que, após oito anos como oficial, obtivera licença do Senado da Câmara para abrir loja; contudo, não tendo conseguido que os juizes do respectivo ofício marcassem o dia para riscar a peça que lhe fosse determinada para o exame, e esgotado o tempo da licença para ter loja aberta sem ser examinado, fora obrigado a solicitar à Junta alvará de fábrica²². Ou de António Domingos, igualmente um mestre examinado do ofício de carpinteiro de móveis e semblagem que inventara um novo modelo de cadeira para piano, provavelmente

a invenção a que sarcasticamente se referiram, em 1820, os carpinteiros de móveis e semblagem, descrita como «um mocho de parafuso para piano».

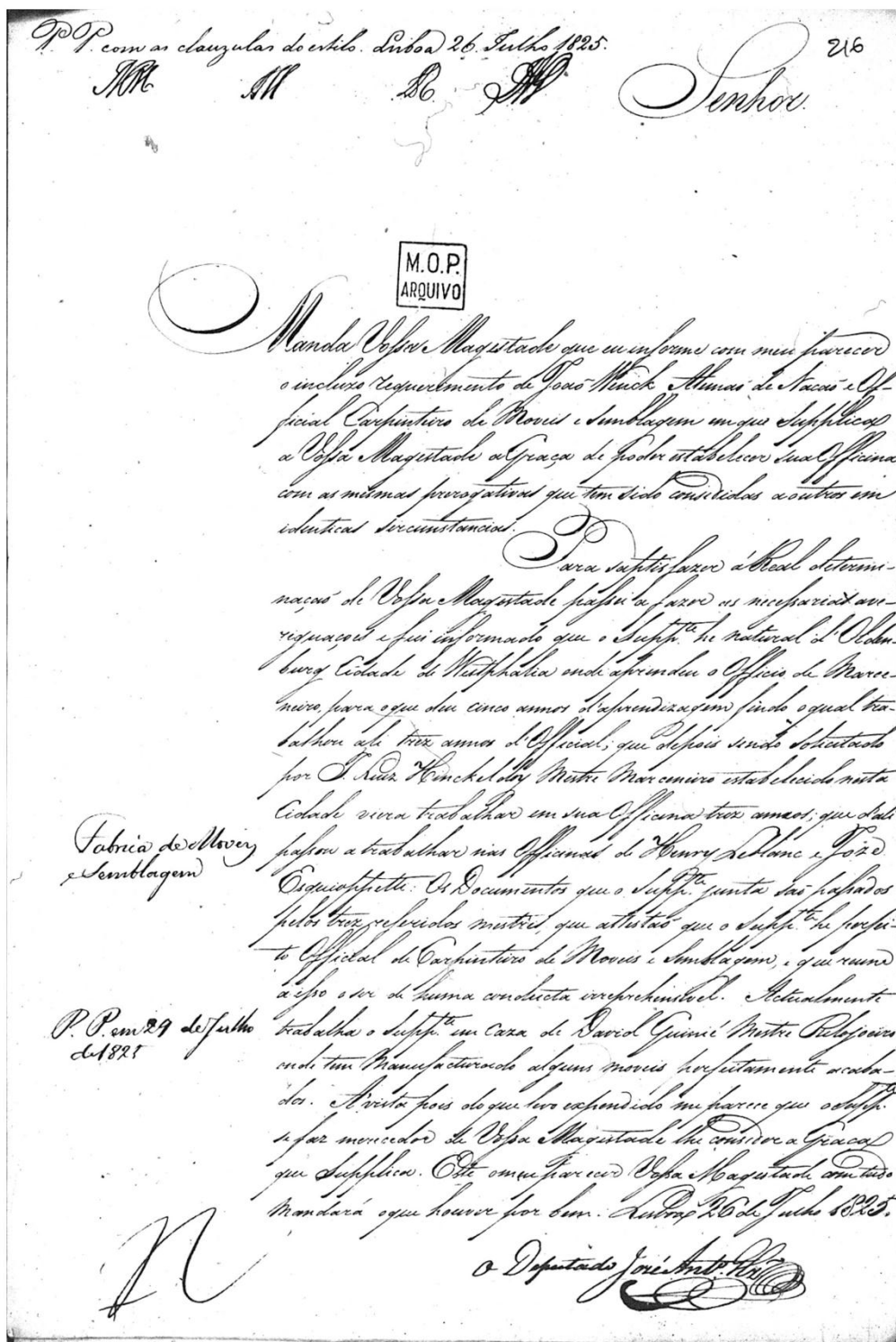


Fig. 3. Parecer da Junta do Comércio sobre requerimento de João Wenck. BAHOP, JC-8, Móveis, fl. 216. © BAHOP

A especialização das oficinas também é referida, muitas vezes apontada como uma alternativa aos móveis importados, sobretudo de Inglaterra e de França, importação que tanto prejudicava as manufacturas nacionais. Desta forma, José Maria Portela, também ele carpinteiro de móveis e semblagens, fabricava na sua fábrica móveis dourados e embutidos e «toda a sorte de samblage»²³ para ornato das casas; tal como o italiano Esquioppetta, que além dos móveis dourados e embutidos, produzia mobiliário «de diversos gostos Chineses, Gregos e de outras Nações»²⁴ (Fig. 4), e a fábrica do alemão Hinckeldey era especializada em móveis ao gosto de Paris e de Londres, reproduzindo os modelos importados de Inglaterra ou os franceses que o contrabando introduzia em Portugal, como os «móveis ricos de mogno» que vendia na fábrica da rua Direita de S. Paulo e que, após a sua morte no final de 1832, foram postos à venda em Outubro de 1833, juntamente com os pianos da fábrica que fundara com Barthelemy Tibaux²⁵.

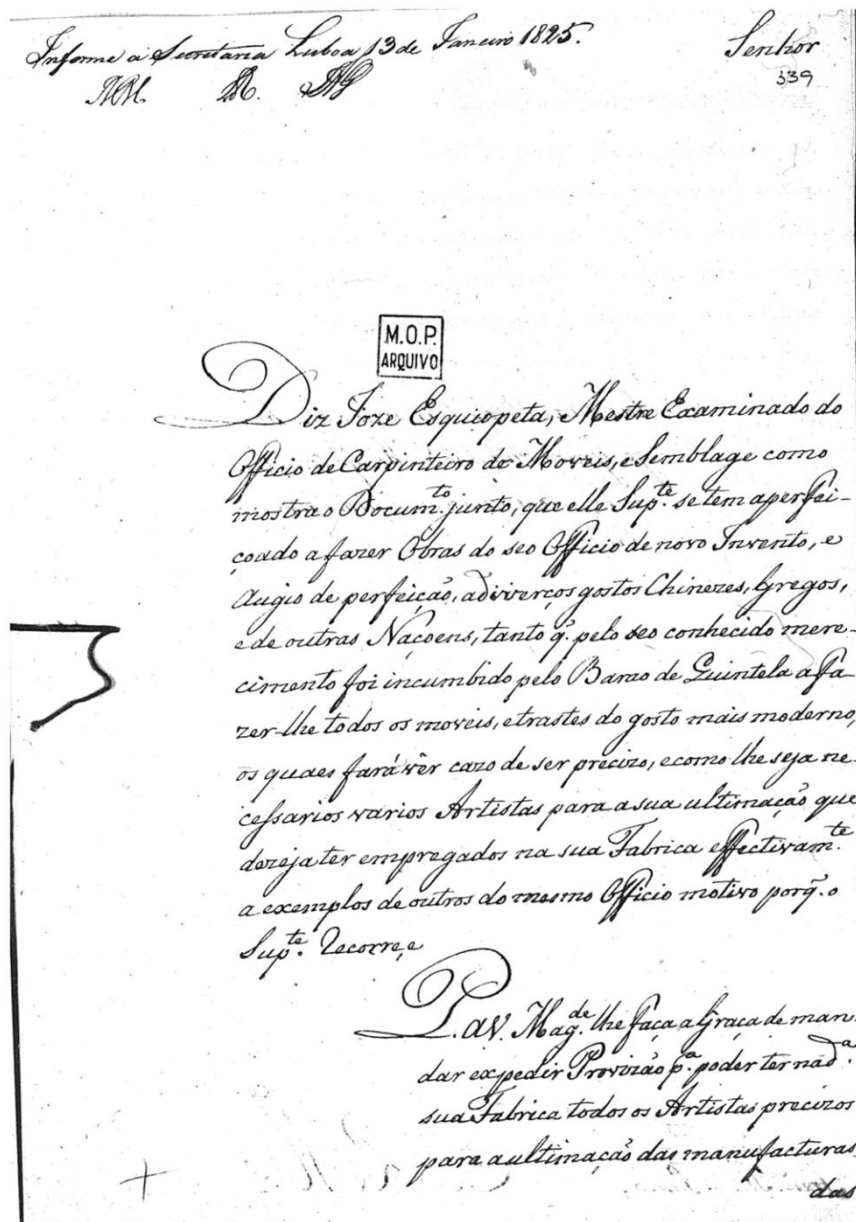


Fig. 4. Pedido de provisão de fábrica por José Esquioppetta, BAHOP, JC-8, Móveis, fl 339. © BAHOP

Entre as principais inovações técnicas, que Bartolomeu Dejanete na resposta ao requerimento atribuiu a estrangeiros, encontramos: o polimento de móveis introduzido por Hinckeldey, igualmente responsável pela introdução da técnica de folhear uma coluna ou «qualquer outra peça côncava», técnicas que João Wenck virá a aprender, tal como Luís Dejanete; a já referida utilização de madeiras nacionais para obras finas por Rafael Futscher, talvez as folhas de raiz de madeiras nacionais referidas por Bartolomeu Dejanete, e que substituíam com sucesso as folhas de raiz de madeiras estrangeiras até aí importadas. Dejanete refere ainda o fabrico em Lisboa dos primeiros piano-fortes por Barthelemy Thibaux, que em 1830 fundou, em sociedade com o Hinckeldey, a Real Fabrica de Pianos, de todas as qualidades, Harpas e outros Instrumentos, de Hinckeldey & Thibaux., instrumentos que até aí eram importados com elevados custos, e que funcionava na fábrica da rua de São Paulo.

Quanto às fábricas, algumas eram certamente modestas, como a de Sebastião Francisco da Silva que, apesar de tudo, mantinha sempre um oficial examinado, chegando a empregar cinco e seis oficiais examinados; já a de Miguel Trancoso, apesar da «estagnação do comércio e do consumo» que se fazia sentir em 1832, empregava dezasseis pessoas, todas portuguesas, sendo um deles um mestre examinado, mas chegara a empregar mais de setenta pessoas, certamente devido ao volume da exportação das suas manufacturas para o Brasil. A questão dos salários também é abordada, informando Bartolomeu Dejanete que os seus operários, a quem oferecia gratificações pelo seu desempenho, chegavam a ganhar 800 réis ou mais, quando no ofício ganhavam apenas 300 ou 360 réis diários²⁶.

As respostas transmitem-nos os esforços dos que, num período de crise da economia e do Estado, que obrigou alguns, como Miguel Trancoso, a diminuir drasticamente o número de empregados da sua fábrica (de setenta para dezasseis), contribuíram para o desenvolvimento da incipiente indústria portuguesa. Para tal tiveram que enfrentar a oposição das corporações e do Senado da Câmara, mas também a agressiva concorrência estrangeira, sobretudo da Inglaterra e da França. Apoiados pela Junta do Comércio, tentaram acompanhar a dinâmica do mercado, introduzindo novas técnicas ou aperfeiçoando outras, introduzindo novos materiais e novos modelos, delineando uma progressiva especialização da produção, como os móveis ao gosto de Paris e de Londres fabricados por Hinckeldey. Permite ainda adivinhar uma ainda insuficiente produção, quase toda destinada ao mercado interno, já que apenas Miguel António Trancoso, com uma fábrica de móveis dotada de oficinas próprias «para todas as manufacturas dos diferentes ramos pertencentes ao mesmo ofício», exportava as suas manufacturas para o Brasil, situação claramente de contracção do mercado e do consumo bem diferente da década anterior que registara considerável exportação de mobília para o Brasil, caso do carpinteiro de móveis Feliciano do Ó Antunes Prachedes, que vendia a negociantes que exportavam para o Brasil como Claudino José Carrilho²⁷.

Por fim, revela ainda a intencional localização estratégica das fábricas - e, nalguns casos, do armazém para exposição e venda das manufacturas que uma produção em maior escala impunha -, na zona do Chiado (ou nas suas

imediações), que se constituía então como o centro elegante da capital e onde o comércio de luxo se encontrava sediado.

Anexo 1 - Fabricantes de móveis estabelecidos em Lisboa em 1832

Fonte: Relação dos mestres e não Mestres que se achão com provisão da Junta do Comércio pertencentes o Officio de Carpinteiro de Moveis e Samblagem, A.N.T.T., Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas, Mç. 1584, Doc. 2.

| Nomes | Ruas | | N.os |
|-------------------------------------|------------------|----------------------------------|-------------|
| José Teixeira da Silva Pereira | N.em 12 de Março | Rua da Porção | 68 |
| Maria Cândida | N.em 12 de Março | Rua do Norte | 48 |
| José Eneias | N.em 12 de Março | Rua S. Francisco | 12 |
| António Domingues | N.em 10 de Março | Rua das Salgadeiras | 7 |
| José Ignácio Ferreira | N.em 10 de Março | Rua dos Calafates | 2 |
| José Joaquim Ignacio | N.em 10 de Março | Rua da Rosa das Partilhas | 206 |
| José Maria Portela | N.em 12 de Março | Rua Aurea | 210 |
| José Pedro Correia | N.em 12 de Março | Rua Aurea | 233 |
| José Pires | N.em 12 do dto | Rua das Parreiras a Jesus | 18 |
| Miguel António Trancozo | N.em 12 de Março | Rua da Rosa das Partilhas | 112 A |
| Viúva Cravoé Inês Maria Rosa Cravoé | N.em 10 de Março | Largo do Calhariz | 44 |
| José Esquiopeta | N.em 10 de Março | Rua da Orta Seca | 10 |
| José May | N.em 10 de Março | Rua Larga de São Roque | 46 |
| Bartolhomeo Dejante | N.em 10 de Março | Rua das Portas de Santa Catarina | 21 A |
| Luis Dejante | N.em 12 de Março | Rua do Alecrim | 41 |
| Manuel Gonçalves Portelao | Prezo 1º dia | Travessa da Glória | 4 |

| | | | |
|------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|------|
| Matuzalem Vangrieken | | Rua Oriental do Passeio Público | 63 |
| Jorge José Joaquim Rufino Marrocos | | Rua da Conceição | 58 |
| Sebastião Francisco da Silva | | Rua da Madalena | 69 |
| Domingos Gonçalves de Mendonça | | Rua dos Cardais de Jesus | 53 |
| João Dablan (Doland) irlandês | | Rua de São Feliss a Lapa | 26 |
| Filipe José dos Reis | | Rua Direita do Sacramento Alcantara | 28 |
| Henrique Nablon francês | Calçada do Marquês de Abrantes | | 21 |
| João Luis Hinkeldey inglês | | Rua de São Paulo | 68 A |
| António Pedro dos Santos | | Rua dos Corrieiros | 3 |
| Rafael Futcher suíço | | Rua do Tesouro Velho | 1 |
| Manuel António | | Rua de São Paulo | 36 |

Anexo 2²⁸

Proprietários de Fábricas de Móveis de Lisboa com alvará da Junta do Comércio em 1832.

- José Teixeira da Silva Pereira, marceneiro, realizou a sua aprendizagem no Porto, onde se matriculara como aprendiz em 1816, por tempo de cinco anos; desde 1823 que trabalhava no ofício em Lisboa²⁹. Em 1831 obteve alvará da Junta do Comércio para instalar uma Fábrica de Móveis e Semblagem ao abrigo do real decreto de 1761, «com as graças e privilégios a favor dos Artífices Insignes ou de novo invento e manufacturas de utilidade pública».

- Maria Cândida, viúva de Francisco José do Nascimento Serrão, mestre fabricante de Móveis e Semblagem, alcançou da Junta, em 1831 a renovação dos privilégios do marido.

- José Eneas (Enea), mestre italiano natural de Roma, tinha a sua oficina («casa de trabalho») na Rua do Crucifixo, 6A e B e armazém (depósito) de venda de móveis na rua da Barroca, mais tarde transferida para a rua de São Francisco. Alcançou provisão em 1825, executando móveis dourados e embutidos. Aprendera

a desenhar pelo que se encontrava «apto a delinear obras de novo invento»³⁰. Vendia móveis na Casa de leilões de António Centazzi & C^a, situada na Rua do Crucifixo, 3, mas também a uma clientela particular.

- António Domingos, mestre examinado do ofício de carpinteiro de móveis e semblagem. Reclamava ter inventado um novo modelo de cadeira para piano.

- José Inácio Ferreira, mestre examinado do ofício de Marceneiro desde Janeiro de 1805, aprendera com o mestre José da Cunha e Azevedo, com loja à Pampulha, tendo trabalhado no ofício entre 1805 e 1826. Tinha loja de venda de mobília na rua do Ouro, 204 e oficina (casa de trabalho) na travessa das Portas de Santa Catarina, 12, na qual trabalhavam sete oficiais e um aprendiz, de acordo com o parecer do deputado da Junta que realizara a vistoria em 1826³¹. Desenvolveu vários inventos, designadamente um «invento de fabricar manteiga» e uma mesa redonda pelo que, em 1826, devido à «perfeição a que tinha chegado e inventos que tinha feito», particularmente na perfeição do lustro e polimento, solicitou provisão de fábrica de novos inventos com privilégio exclusivo, tendo apresentado «uma banca de nova invenção ainda não imitada e que existe em poder de António Marrare desta cidade»³². O alvará permitia-lhe empregar na sua oficina de móveis oficiais de quaisquer ofícios «que preciso lhe forem para o completo acabamento das suas obras oficiais de outros ofícios que lhe forem necessários»³³.

Em 1832 executara diversas obras para os principais estabelecimentos públicos da capital, designadamente a livraria da Real Junta do Comércio, «a obra que existe no Banco de Lisboa na caza forte, a Roda das Sortes e toda a mais obra do seu ofício de semblage foi feita por ele», na Junta dos Juros dos Reais Empréstimos uma impressora para o papel selado, a obra da loja de neve do Terreiro do Paço, a obra «da loja de Vinho de António Marrare defronte da Rua de S. Francisco e o café do mesmo na Travessa de Santa Justa»³⁴.

- José Joaquim Inácio, mestre do ofício de entalhador, obteve provisão de fábrica em 1824. Matriculado na respectiva bandeira, serviu em 1832 de 1^o eleito da Bandeira de Nossa Senhora da Conceição. Vendia mobília aos mestres do ofício de carpinteiros de móveis e semblagem, como os mestres Domingos António da Silva, aos mestres entalhadores, como José Luís da Silva, para quem fabricou tremós e mesas de madeira de mogno, murta ou espinheiro, polidas e com ornatos e para armazéns, como o de Gregório José Gonçalves, todos estabelecido na rua do Ouro³⁵. Realizou diversos móveis para a casa real³⁶ e para as infantas, para quem realizou dois toucadores³⁷. Aquando da inspecção da loja no pátio do Tijolo pelo deputado da Junta encarregue de dar o seu parecer sobre o requerimento, tinha seis oficiais e dois aprendizes que sob as suas ordens terminavam móveis em mogno polido de excelente execução, pelo que lhe foi concedida a provisão de fábrica de móveis e semblagem (Fig. 5). Entre a sua distinta clientela, contavam-se em 1824 o conde das Galveias, para quem fabricou uma cadeira régia, dois tremós de mogno e duas bancas. Executava móveis em mogno, certamente de gosto império, como os tremós de mogno com colunas e ornatos dourados que executou para Manuel Rodrigues Bandeira, em 1822, ou em 1824 para a sala de

Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva, alcaide-mor da vila do Cadaval, juntamente com bancas de jogo e cadeiras na mesma madeira³⁸.

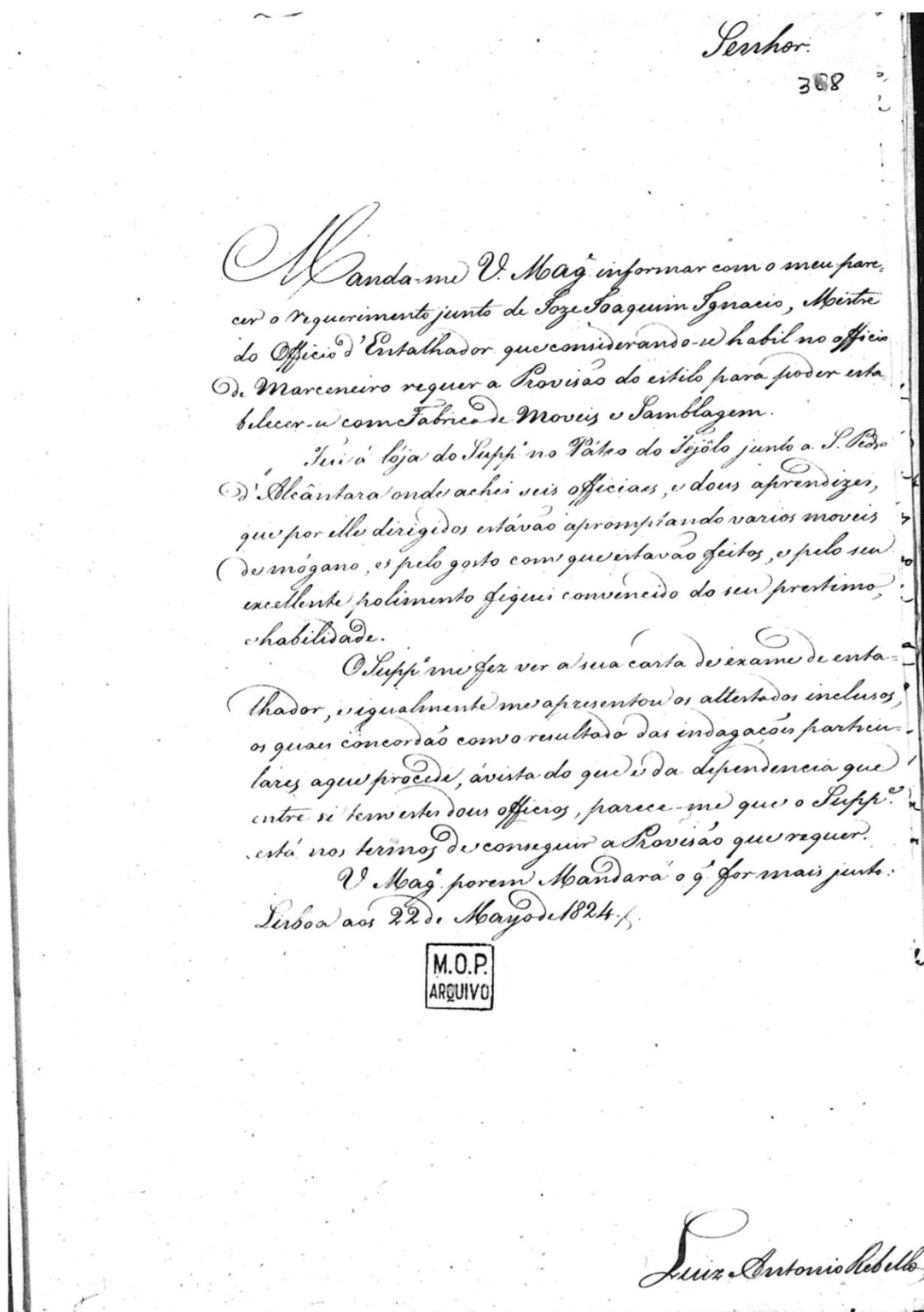


Fig. 5. Parecer do deputado da Junta do Comércio sobre o requerimento de José Joaquim Inácio, fl. 358. BAHOP, JC-8, Móveis, fl. 350. © BAHOP

- José Maria Portela, carpinteiro de móveis e semblagens, tinha «loja de manufacturas» na rua do Arco da Bandeira contígua ao armazém na rua do Ouro. Em 1824 obteve provisão da Junta do Comércio. Fabricava móveis dourados e embutidos e «toda a sorte de samblage» para ornato das casas, do «melhor gosto, perfeição e novo invento». Empregava oficiais de diferentes ofícios necessários à execução e finalização dos seus móveis. Vendia a negociantes como João António de Faria, Francisco da Silva Falcão e a uma clientela que contava nomes como José Maria Sinel de Cordes³⁹.

- João Pedro Correia obteve alvará em 1830. Na sua Fábrica e Armazém de Móveis e Semblagem, empregava, em 1834, dezoito oficiais e aí vendia móveis «os de melhor gosto, moda, e novos inventos»⁴⁰. Em 1834, após extinção Junta do Comércio, solicitou ao Ministério do Reino a isenção de direitos de importação de matérias-primas e de exportação de objectos manufacturados⁴¹. Entre a sua clientela, encontrava-se a infanta D. Isabel Maria, para quem executara diversos móveis para a sua quinta⁴².

- Miguel António Trancoso, obtivera o privilégio em 1825⁴³ e em 1832 era proprietário da Fábrica de Móveis da rua da Rosa das Partilhas, que pertencera ao seu padrao João Paulo Antunes, o qual obtivera a licença de fábrica em 1801, e na qual realizara a sua aprendizagem com a competente matrícula na Junta do Comércio. Em 1832 a fábrica tinha oficinas próprias para todas as manufacturas dos diferentes ramos pertencentes ao mesmo ofício, uma delas com 144 palmos. Forneceu mobiliário para os palácios reais e para diversos nobres⁴⁴. Exportava as suas manufacturas para o Brasil e em 1832 empregava um mestre examinado e quinze oficiais, todos portugueses, mas chegara a empregar mais de setenta pessoas.

- Inês Maria Rosa Cravoé, viúva do marceneiro Agostinho Alexandre Cravoé, com grande loja e armazém de madeiras e fábrica de móveis, vendia madeiras e «móveis preciosos, dourados e embutidos»⁴⁵ em 1815, ano em que lhe é concedido conservar os privilégios concedidos ao marido.

- José Esquioppetta (ou Schiopeta)⁴⁶, marceneiro italiano, natural de Roma, proprietário da Real Fábrica de Móveis localizada na Rua da Horta Seca. Em 1815 obteve o grau de mestre⁴⁷, estabelecendo-se ao Tesouro Velho, na Rua da Horta Seca⁴⁸, onde tinha a loja e armazém de móveis com privilégio de Fábrica por provisão 9 de Maio de 1825, o que o autorizava a empregar oficiais de diversos ofícios necessários aos novos inventos que aí executava: mobiliário «de diversos gostos Chineses, Gregos e de outras Nações»⁴⁹, móveis dourados, e embutidos e «toda a sorte de semblages»⁵⁰. Em 1825 executava uma importante encomenda para o 2º de barão de Quintela, conde de Farrobo, «todos os móveis, e trastes do gosto mais moderno»⁵¹, provavelmente para o palácio da Rua do Alecrim que nos anos de 1822 e 1823 era completamente remodelado.

- Pedro Bartolomeu Dejanete (act. Lisboa 1821-† Paris 1859)⁵², ou Pedro Bartolomeu Dejanete como ficou conhecido em Portugal, obteve em 1821 licença para estabelecer uma fábrica de marcenaria, gozando dos privilégios outorgados pelo decreto «a favor dos Artifices insignes ou de novos inventos, e manufacturas de conhecida utilidade Publica»⁵³. Pouco depois, chamou a Lisboa um

compatriota, o oficial Julião Joaquim Allix e a mulher, Maria Ambrósia Allix, ajustados em Ruão por intermédio do seu pai, Barthélemy Dejante, para virem para Lisboa para trabalharem na sua loja em Lisboa, então situada na rua da Cruz n.º 33 e 33A. Chegados à capital a 25 de Junho de 1821, logo no início de Julho foi celebrado um contrato por cinco anos, no qual Julião Allix se comprometia a executar a «armação para Cadeiras, Canapés e Moxos» e a mulher os assentos, «e o mais de palhinha» para essas armações. Em cada dia de trabalho deveriam executar duas cadeiras⁵⁴.

- Luís José Dejante (act. Lisboa 1821- †Lisboa, 1833)⁵⁵, Louis Joseph Dejante, que em Portugal assinava Luis Dejante⁵⁶ aprendera a profissão de marceneiro em Paris⁵⁷, onde nascera. Trabalhou durante muito tempo como contramestre na Fabrica de Carpinteiro de Móveis e Semblagem do irmão, Pedro Bartolomeu Dejante, tendo depois ocupado idêntico cargo na Fábrica de Móveis estabelecida pelo alemão João Wenck na Rua da Anunciada, n.º 203, onde, aliás, ambos viviam. Em 1826 adquire a fábrica de João Wenck, sendo-lhe renovado a provisão de fábrica nesse ano⁵⁸. Luis Dejante dirigiu a Fábrica de Móveis até 1833, ano da sua morte. Situada na Rua da Anunciada, n.º 203, foi, mais tarde, transferida para a Rua do Alecrim, n.º 40 «para melhor comodo do publico»⁵⁹, local onde já se encontrava instalada em 1832. Mestre do referido ofício era, nas palavras do irmão e do alemão Wenck, um dos mais perfeitos artista do seu ofício «não só nos seus trabalhos mas em toda a qualidade de Risco e Architectura que precisa para as obras deste ofício»⁶⁰ (Fig. 6). Ainda como contramestre da fábrica executou, nas suas palavras, diversas encomendas para importantes figuras da capital, como o conde de Alva, bem como a cadeira que serviu ao rei D. João VI durante a sua enfermidade.

- Jorge José Joaquim Rufino Marrocos († Lisboa 1833), filho do mestre examinado José Joaquim Rufino Nunes com quem aprendeu o ofício. Após oito anos como oficial, obteve licença do Senado da Câmara para abrir loja. Contudo, não tendo conseguido que os juizes do respectivo ofício marcassem o dia para riscar a peça que lhe fosse determinada para o exame, e esgotado o tempo da licença para ter loja aberta sem ser examinado, solicitou alvará de fábrica que lhe foi concedido em 1830.

- Manuel Gonçalves Portelão Com fábrica na rua da Glória 4 e 5, obtivera provisão de fábrica de móveis em 1828⁶¹.

- Mathuzalem Sulitano Vangrieken (Vangriha ou Vengrique), aprendeu em Lisboa o ofício de carpinteiro de móveis e semblagem com Germano Martins, tendo trabalhado em algumas fábricas, designadamente com Hinckeldey. Na sua fábrica executava obras «com alguma novidade», tendo obtido provisão de fábrica pela Junta do Comércio em 1829. Apresentou então um novo invento: uma banca de costura com segredos, um para levantar a tampa e outro para tirar o saco, tendo no interior, por baixo da tampa, um espelho e várias caixinhas para retrós, de várias qualidades de madeiras⁶², talvez a mesa de costura, com mecanismos, da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA Inv. 1659 Mov).

- Sebastião Francisco da Silva, realizou a sua aprendizagem com o mestre Manuel Ferreira da Silva Guimarães e depois com o primeiro juiz do ofício

António Roberto da Silva, que terminou em 1829; fora ainda oficial do mestre examinado Domingos António Correia⁶³. Em 1830 alcançou provisão de fábrica para a sua loja de móveis, que, nesse ano, contava três oficiais, mas que chegou a empregar cinco e seis oficiais examinados.

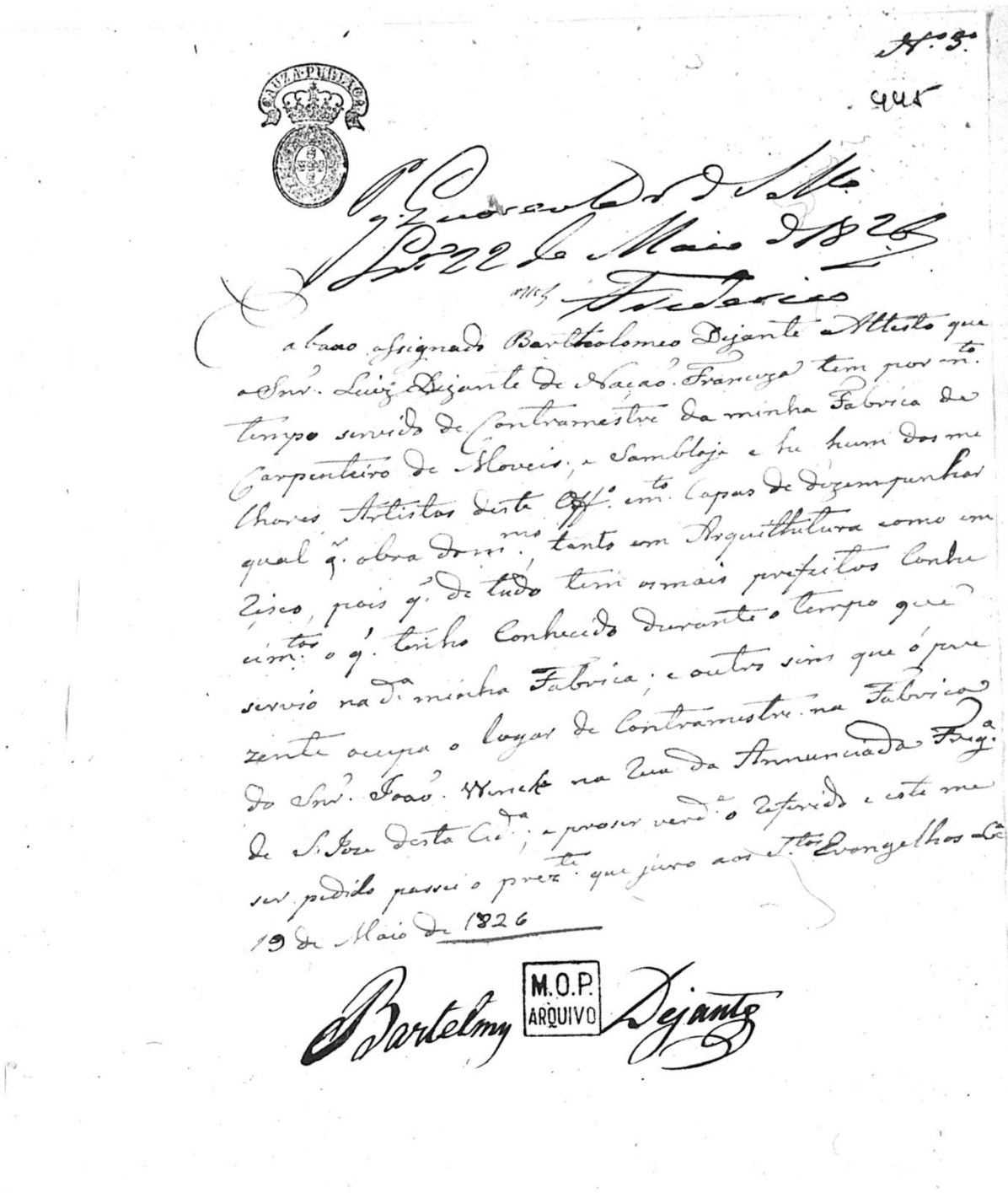


Fig. 6. Atestado passado a Luís Dejante por Pedro Bartolomeu Dejante, 1826. BAHOP, JC-8, Móveis, fl. 445.

© BAHOP

- Domingos Gonçalves de Mendonça, aprendeu na Real Fábrica de Móveis de João Paulo Antunes, na qual trabalhou alguns anos, tendo depois trabalhado noutras fábricas e lojas do mesmo ofício. Estabeleceu-se com alvará em 1828, ano em que se matriculou como mestre.

- João Doolan (act. Lisboa 1818), irlandês, estabelecido em 1816, alcançou provisão de fábrica em 1828⁶⁴, ano em que executou diversas obras para o barão de Quintela; para o ministro dos Países Baixos (a quem fornecia mobília desde 1818), para Diogo Carlos Duff e para a Assembleia Estrangeira através de Carlos Riggs⁶⁵. Tinha na sua oficina vários oficiais e um aprendiz, todos portugueses.

- Filipe José dos Reis, em 1830 obteve provisão de fábrica. Mestre marceneiro, realizou a sua aprendizagem com João Pedro Correia⁶⁶. Fabricava catres, leitos, tremós, bancas, caixas para relógios, cadeiras, canapés, cómodas, guarda-loiças, cantoneiras, molduras, carteiras «de subtis segredos», camas de campanha com a maior segurança e embutidos de madeira, tartaruga, madrepérola e outras preciosidades⁶⁷ e empregava oficiais de diferentes ofícios.

- João Henriques Luís Hinckeldey (act. Lisboa 1816- † Lisboa 1832), ebanista e marceneiro alemão (por vezes referido como inglês), fixou-se em Lisboa em 1816, fundando uma «fábrica de móveis finos e polidos» dedicada a «fazer e preparar obras de marcenaria e burnir todas as madeiras susceptíveis de receberem lustro», para o chamou «peritos da sua terra d'Alemanha»⁶⁸. Em 1832 reclamava ter introduzido em Portugal o polimento, bem como a técnica de folhear uma coluna ou «qualquer outra peça concava». O estabelecimento, especializado em móveis ao gosto de Paris e de Londres, contava com uma clientela ilustre, como os duques de Cadaval e de Lafões, para quem fornecera mobiliário aquando dos respectivos consórcios. Hinckeldey detinha, desde 1825, o privilégio exclusivo por 14 anos de uma máquina para serrar madeiras finas em folhas delgadas e em 1830 fundou nova Fábrica: a Real Fabrica de Pianos, de todas as qualidades, Harpas e outros Instrumentos, de Hinckeldey & Thibaux, em sociedade com Bartolomeu Thibaux, fabricante de instrumentos musicais.

-António Pedro dos Santos, mestre examinado, estabelecido há muitos anos na rua dos Correeiros, obteve alvará em 1824, que lhe permitia ter oficiais de outros ofícios

- Rafael Futscher, alemão, proprietário da Real Fábrica de Móveis na Rua do Tesouro Velho, inventou vários instrumentos para o fabrico de móveis; reclamando ter sido o primeiro a usar diferentes qualidades de madeiras nacionais para obras finas, que excediam as estrangeiras, importadas, em determinados trabalhos⁶⁹. Fabricava móveis folheados e polidos, e aquando da inspecção da sua oficina pela Junta do Comércio, procedimento habitual aquando do parecer necessário ao pedido de provisão de fábrica, que obteve em 1827, encontravam-se em execução diversas cadeiras, um espelho grande, uma cama de armação, várias mesas de jogo e um sofá⁷⁰.

NOTES

¹ Designadamente os estudos de HALPERN PEREIRA, Miriam, “O Estado vintista e os conflitos no meio industrial”, separata das Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa sobre *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 1981; Idem, *Negociantes, fabricantes e artesãos entre velhas e novas instituições: estudos e documentos*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1992; Idem, *Artesãos, operários e o liberalismo*, separata de *Ler História*, n.º 14, 1988, pp. 41-86; SANTANA, Francisco, *Aspectos de inovação na indústria portuguesa durante a segunda metade do século XVIII e o primeiro terço do século XIX*, Lisboa, Academia da História, 1984, pp. 235-310; e, mais recentemente, MADUREIRA, Nuno Luís, *Mercados e Privilégios: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, Estampa, 1997.

² José Acúrsio das Neves, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, introdução e notas de Jorge Custódio, Lisboa, Editorial Querco, 1983, p. 144.

³ Cf. HALPERN PEREIRA, *O Estado vintista...*, pp. 38 e 39; Idem, *Negociantes, fabricantes e artesãos...*, pp. 364 e 365.

⁴ Cf. HALPERN PEREIRA, *Negociantes, fabricantes e artesãos...*, p. 433.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 39. Idem, *Negociantes, fabricantes e artesãos...*, pp. 367, 432 e 433.

⁶ ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, Mç. 1584, doc. 2.

⁷ Designadamente a documentação da Junta do Comércio, dividida entre o AHCML (publicada, no que diz respeito à capital, por SANTANA, Francisco, *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa. I (1755-1804)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1976; Idem, *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa, vol. II (1804-1833)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1978), a Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas (BAHOP) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), entre outros.

⁸ Parte das notícias aqui reunidas foram já divulgadas por Francisco de Sousa Viterbo, *Artífices Portugueses ou Domiciliados em Portugal* (obra póstuma), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917. No nosso estudo dedicado aos marceneiros franceses Pedro Bartolomeu Dejante e Luís Dejante, divulgámos alguns dos fabricantes de móveis estabelecidos e activos na capital na primeira metade de Oitocentos, cf. BASTOS, Celina, “A família Dejante: a marcenaria e a indústria dos mármoreos no Portugal de Oitocentos”, *Revista de Artes Decorativas*, Ano 3, N.º 3, Porto, Universidade Católica Portuguesa/ CITAR, 2009, pp. 157-191.

⁹ Sobre Pedro Bartolomeu Dejante veja-se SARAIVA, José A., *O Palácio de Belém: com seus hóspedes, os seus segredos e a vida quotidiana*, s.l., Inquérito, 1985, pp. 61-62; TEIXEIRA, José, *Fernando II. Rei-Artista. Artista-Rei*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1986, p. 310; CÔRTE-REAL, Manuel H., *O Palácio das Necessidades*, Lisboa, Chaves Ferreira – Publicações, S.A., 2001; BORGES DE SOUSA, Conceição, “Mobiliário do Palácio de Belém”, in *Pintura e Mobiliário do Palácio de Belém*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2005, pp. 89-90 e 142-144 e, sobretudo, QUEIROZ, Francisco, “Pedro Bartolomeu Dejante e o seu papel na indústria da pedra em Portugal”, *A Pedra*, n.º 87, ano XXII, Outubro 2003, pp. 47-51; QUEIROZ, José Francisco Ferreira, *Os Cemitérios do Porto e a Arte Funerária Oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002 [texto policopiado] e Celina Bastos, *op. cit.*, pp. 157-191.

¹⁰ A exposição de Pedro Bartolomeu Dejante foi por nós publicada, cf. Celina Bastos, *op. cit.*, pp. 186-190.

¹¹ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fls. 444 e 445.

¹² Idem, JC-8, *Móveis*, fl. 440.

¹³ PRÍNCIPE LICHNOWSKY, *Portugal, Recordações do Anno de 1842*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, p. 42.

¹⁴ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 216.

¹⁵ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fls. 216 e 219.

¹⁶ ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, Mç. 1584, doc. 2

¹⁷ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fls. 216 e 220.

¹⁸ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 218.

¹⁹ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 216.

²⁰ ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, Mç. 1584, doc. 2.

- ²¹ Idem, *ibidem*, publicado por Sousa Viterbo, *Artífices Portugueses ou Domiciliados em Portugal* (obra póstuma), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.
- ²² ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, Mç. 1584
- ²³ ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, Mç. 1584, doc. 2.
- ²⁴ ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, Mç. 1584, doc. 2.
- ²⁵ *Chronica Constitucional de Lisboa*, nº. 66, 10 de Outubro de 1833, p. 362.
- ²⁶ ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, Mç. 1584, doc. 2.
- ²⁷ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 59.
- ²⁸ O documento que serve de base ao nosso estudo (ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, Mç. 1584, doc. 2.) foi analisado por Francisco Sousa Viterbo, tendo algumas das informações contidas nas respostas dos fabricantes de móveis sido divulgadas num artigo publicado postumamente, pelo que, e seguindo idêntica organização da informação, reunimos em anexo as informações respeitantes a cada fabricante de móveis, completando-as quer com outras informações contidas no documento, quer com nova informação, quer com dados que publicámos em artigo anterior, cf. BASTOS, *op. cit.*
- ²⁹ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 425.
- ³⁰ Idem, JC-8, *Móveis*, fls. 321 e ss.
- ³¹ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 350.
- ³² BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 353.
- ³³ Idem, *ibidem*, fl. 350
- ³⁴ Francisco de Sousa Viterbo, *op. cit.*, p. 5.
- ³⁵ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fls. 372-374.
- ³⁶ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 301.
- ³⁷ Francisco de Sousa Viterbo, *op. cit.*, p. 5.
- ³⁸ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 369 e ss.
- ³⁹ Idem, JC-8, *Móveis*, fls. 389-391.
- ⁴⁰ ANTT, *Ministério do Reino, Negócios Diversos*, Cx. 1918, doc. 2236.
- ⁴¹ Idem, *ibidem*.
- ⁴² Francisco de Sousa Viterbo, *op. cit.*, p. 6.
- ⁴³ Idem, JC-8, *Móveis*, fl. 524.
- ⁴⁴ Francisco de Sousa Viterbo, *op. cit.*, pp. 6 e 7.
- ⁴⁵ Idem, JC-8, *Móveis*, fls. 148.
- ⁴⁶ José Esquioppetta pertencia a uma família de artistas estabelecidos em Portugal. Sobre este assunto, veja-se Agostinho Rui Marques de Araújo, «Artes várias, duros tempos. Notas para o estudo de uma família italo-portuguesa (ca. 1788-1838)», in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Porto, 2001, I Série, vol. 1, pp. 149-172.
- ⁴⁷ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fls. 341 e 342. Realizou exame em 1814, tendo sido juízes examinadores Pedro Alexandre Cavroé e Manuel António da Silva
- ⁴⁸ Idem, JC-8, *Móveis*, fls. 216, 218 e 335.
- ⁴⁹ Idem, JC-8, *Móveis*, fls. 330 e 331.
- ⁵⁰ Idem, JC-8, *Móveis*, fl. 338.
- ⁵¹ Idem, JC-8, *Móveis*, fl. 339.
- ⁵² A sua notável actividade como industrial e como marceneiro encontra-se hoje amplamente estudada (veja-se nota 8), razão pela qual apenas aqui indicamos novas informações documentais.
- ⁵³ ANTT, 12º *Cartório de Lisboa, Livro de Notas* 133, cx. 27 (Liv. 23), fls. 50v e 51.
- ⁵⁴ ANTT, 12º *Cartório de Lisboa, Livro de Notas* 133, cx. 27 (Liv. 23), fls. 49-50.
- ⁵⁵ Sobre Luís Dejante, veja-se Celina Bastos, *op. cit.*, pp. 180-186.
- ⁵⁶ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 434

⁵⁷ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 439.

⁵⁸ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 437 e 440-441.

⁵⁹ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 560.

⁶⁰ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fls. 444 e 445.

⁶¹ Idem, JC-8, *Móveis*, fl. 483.

⁶² Idem, JC-8, *Móveis*, fls. 515-518. O Museu Nacional de Arte Antiga conserva uma mesa de costura, com mecanismos, semelhante à descrição (MNAA Inv. 1659 Mov).

⁶³ Idem, JC-8, *Móveis*, fl. 567.

⁶⁴ BAHOP, JC-8, *Móveis*, fl. 174 e 175.

⁶⁵ Segundo os atestados apresentados aquando do pedido de provisão de licença de fábrica, Idem, *ibidem*, fls. 176 e ss.

⁶⁶ Idem, JC-8, *Móveis*, fl. 64.

⁶⁷ Segundo os atestados apresentados aquando do pedido de provisão de licença de fábrica, Idem, *ibidem*, fl. 66 e 67.

⁶⁸ Idem, JC-8, *Móveis*, fl. 187.

⁶⁹ Francisco de Sousa Viterbo, *op. cit.*, p. 6.

⁷⁰ Idem, JC-8, *Móveis*, fl. 559.